



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

291

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM CAUTELAR INOMINADA N. 0006285-73.2014.8.17.0000 (0340068-0)

RECORRENTE: Mário Anderson da Silva Barreto

ADVOGADO: Rafael Cunha de Castro Barreto

RECORRIDO: Amaro Honorato da Silva

ADVOGADA: Anna Karolinnia Pinto Thaumaturgo

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz José Viana Ulisses Filho

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CAUTELAR INOMINADA. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO APELO INTERPOSTO EM FACE DA SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS DE MANDADO DE SEGURANÇA. INEXISTÊNCIA DA FUMAÇA DO BOM DIREITO. IMPOSSIBILIDADE DE ANTECIPAR A APRECIÇÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPROVIDO O RECURSO.

Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação interposto por Mário Anderson da Silva Barreto contra decisão terminativa que julgou improcedente a Cautelar Inominada n. 340068-0, com fulcro no art.269, inciso I do CPC.

Em síntese, o recorrente repete os mesmos argumentos apresentados na peça inicial, argumentando que a questão litigiosa circunscreve-se à interpretação de normas regimentais atinentes ao exercício do mandato parlamentar, bem como o gozo de prerrogativas estabelecidas em normas internas quanto ao procedimento de convocação e eleição da mesa diretora da referida casa legislativa, matéria *interna corporis*, não passível de apreciação pelo Poder Judiciário.

Ademais, o recorrente apresenta fatos novos relativos a suposta imparcialidade do membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Por derradeiro, pugna pela concessão da liminar para que seja suspensa a eficácia da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca do Cabo de Santo Agostinho/PE nos autos do Mandado de Segurança n. 0004713-73.2013.8.17.0370.

Conforme redação do art.796 do CPC, a tutela cautelar tem natureza meramente acessória, com o fim precípua de resguardar a utilidade e a eficácia de um processo principal, não se prestando a discutir matérias atinentes ao mérito da ação principal.

O recorrente busca discutir, em sede de tutela cautelar, matérias de mérito, as quais devem ser devidamente examinadas no julgamento da Apelação Cível n. 349347-2, pendente de apreciação neste Egrégio Tribunal de Justiça.

Em decisão terminativa (fls.215), o Des. Antenor Cardoso Soares Júnior se pronunciou acerca da impossibilidade de antecipar a discussão de mérito, a saber: "Em juízo de cognição sumária, porquanto o recurso de apelação encontra-se pendente de apreciação, verifico inexistir fumaça do bom direito, pois, conforme afirmado pelo magistrado de primeiro grau, as



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

irregularidades supostamente cometidas violaram princípios constitucionais, como o da publicidade e razoabilidade, *in verbis*: "As formalidades dos artigos 24, 25 e 26 do Regimento Interno da casa legislativa municipal, para o procedimento da eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal, não foram respeitadas pelo impetrado, pela comunicação do ato em tempo exíguo ao impetrante, impossibilitando-o da apresentação de chapas conforme prevê os artigos citados supra, sendo constatada a lesão ao direito do impetrante no presente caso, posto que, pego de surpresa, não teve o tempo necessário para articulação, formação e formalização de sua candidatura, atos estes que são próprios e inerentes ao processo eleitoral deste tipo de escolha." De tal arte, constato que as alegações do autor são carentes de plausibilidade, o que inviabiliza a concessão do efeito suspensivo ao recurso. "

Nessa mesma linha de raciocínio, trago a colação o seguinte julgado: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE LINHA INTERESTADUAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS. PAGAMENTO SUSPENSO E DETERMINADO O DEPÓSITO JUDICIAL DA QUANTIA ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DO PROCESSO PRINCIPAL. PRELIMINARES DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA, DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR E DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO AFASTADAS. PRETENSÃO DE SE DISCUTIR, NA SEARA ACAUTELATÓRIA, MATÉRIAS ATINENTES AO MÉRITO DA AÇÃO PRINCIPAL: DESCABIMENTO. APELO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. O processo cautelar está a serviço do processo e não do direito material invocado. Não pode, com efeito, anteciper o mérito da demanda matriz. Deve apenas garantir a utilidade e eficácia de uma futura sentença. 2. Aferidos, a tempo e modo, pelo juízo a quo a presença concomitante dos requisitos autorizadores da medida cautelar, deve ser mantida a sentença que julgou procedente a ação cautelar inominada para manter a suspensão do pagamento da segunda parcela do Contrato de Adesão para a contratação de linha interestadual de transporte rodoviário de passageiros, para fins de garantia do juízo, por depósito judicial, até o julgamento definitivo da ação ordinária. 3. O comando contido no art. 5º, inc. XXXV, da Constituição da República, insito à inafastabilidade da justiça, permite afastar-se, na espécie, as preliminares de inadequação da via eleita, de falta de interesse de agir e de impossibilidade jurídica do pedido. 4. Remessa e apelação da União desprovidas. Sentença mantida. (TRF1, AC 200134000148869-DF, 2ª Turma Suplementar, Relator: Juiz Federal Marcelo Dolzany da Costa, 25/07/13).

Unanimemente, negou-se provimento ao recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Cautelar Inominada n. 0340068-0 em que figuram como recorrente Mário Anderson da Silva Barreto e como recorrido Amaro Honorato da Silva,



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

292

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este aresto.

Recife, 23/09/14

Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

293

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM CAUTELAR INOMINADA N. 0006285-73.2014.8.17.0000 (0340068-0)

RECORRENTE: Mário Anderson da Silva Barreto

ADVOGADO: Rafael Cunha de Castro Barreto

RECORRIDO: Amaro Honorato da Silva

ADVOGADA: Anna Karolinnia Pinto Thaumaturgo

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz José Viana Ulisses Filho

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação interposto por Mário Anderson da Silva Barreto contra decisão terminativa que julgou improcedente a Cautelar Inominada n. 340068-0, com fulcro no art.269, inciso I do CPC.

Em síntese, o recorrente repete os mesmos argumentos apresentados na peça inicial, argumentando que a questão litigiosa circunscreve-se à interpretação de normas regimentais atinentes ao exercício do mandato parlamentar, bem como o gozo de prerrogativas estabelecidas em normas internas quanto ao procedimento de convocação e eleição da mesa diretora da referida casa legislativa, matéria *interna corporis*, não passível de apreciação pelo Poder Judiciário.

Ademais, o recorrente apresenta fatos novos relativos a suposta imparcialidade do membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Por derradeiro, pugna pela concessão da liminar para que seja suspensa a eficácia da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca do Cabo de Santo Agostinho/PE nos autos do Mandado de Segurança n. 0004713-73.2013.8.17.0370.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência do ora recorrente, por razões adiante demonstradas, prejudicada a retratação, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o relatório.

VOTO

Conforme redação do art.796 do CPC¹, a tutela cautelar tem natureza meramente acessória, com o fim precípuo de resguardar a utilidade e a eficácia de um processo principal, não se prestando a discutir matérias atinentes ao mérito da ação principal.

O recorrente busca discutir, em sede de tutela cautelar, matérias de mérito, as quais devem ser devidamente examinadas no julgamento da Apelação Cível n. 349347-2, pendente de apreciação neste Egrégio Tribunal de Justiça.

Em decisão terminativa (fls.215), esta Relatoria se pronunciou acerca da impossibilidade de antecipar a discussão de mérito, a saber:

"Em juízo de cognição sumária, porquanto o recurso de apelação encontra-se pendente de apreciação, verifico inexistir fumaça do bom direito, pois, conforme afirmado pelo magistrado de primeiro grau, as

¹ Art. 796. O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal e deste é sempre dependente.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

irregularidades supostamente cometidas violaram princípios constitucionais, como o da publicidade e razoabilidade, *in verbis*: "As formalidades dos artigos 24, 25 e 26 do Regimento Interno da casa legislativa municipal, para o procedimento da eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal, não foram respeitadas pelo impetrado, pela comunicação do ato em tempo exíguo ao impetrante, impossibilitando-o da apresentação de chapas conforme prevê os artigos citados supra, sendo constatada a lesão ao direito do impetrante no presente caso, posto que, pego de surpresa, não teve o tempo necessário para articulação, formação e formalização de sua candidatura, atos estes que são próprios e inerentes ao processo eleitoral deste tipo de escolha." De tal arte, constato que as alegações do autor são carentes de plausibilidade, o que inviabiliza a concessão do efeito suspensivo ao recurso. "

Nessa mesma linha de raciocínio, trago a colação o seguinte julgado:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE LINHA INTERESTADUAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS. PAGAMENTO SUSPENSO E DETERMINADO O DEPÓSITO JUDICIAL DA QUANTIA ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO DO PROCESSO PRINCIPAL. PRELIMINARES DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA, DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR E DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO AFASTADAS. PRETENSÃO DE SE DISCUTIR, NA SEARA ACAUTELATÓRIA, MATÉRIAS ATINENTES AO MÉRITO DA AÇÃO PRINCIPAL: DESCABIMENTO. APELO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. O processo cautelar está a serviço do processo e não do direito material invocado. Não pode, com efeito, antecipar o mérito da demanda matriz. Deve apenas garantir a utilidade e eficácia de uma futura sentença. 2. Aferidos, a tempo e modo, pelo juízo a quo a presença concomitante dos requisitos autorizadores da medida cautelar, deve ser mantida a sentença que julgou procedente a ação cautelar inominada para manter a suspensão do pagamento da segunda parcela do Contrato de Adesão para a contratação de linha interestadual de transporte rodoviário de passageiros, para fins de garantia do juízo, por depósito judicial, até o julgamento definitivo da ação ordinária. 3. O comando contido no art. 5º, inc. XXXV, da Constituição da República, insito à inafastabilidade da justiça, permite afastar-se, na espécie, as preliminares de inadequação da via eleita, de falta de interesse de agir e de impossibilidade jurídica do pedido. 4. Remessa e apelação da União desprovidas. Sentença mantida. (TRF1, AC 200134000148869-DF, 2ª Turma Suplementar, Relator: Juiz Federal Marcelo Dolzany da Costa, 25/07/13).

Diante de todo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Cautelar Inominada n. 0340068-0.É como voto.

Recife, 23/09/14

Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto